

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	3
Título: ANP: leilões terão regra atraente a investidor	3
Título: Odebrecht busca vender R\$ 7 bi em ativos para cumprir meta	4
Título: Investimento estrangeiro no Brasil cresce 6% em 2016.....	6
Título: A prática da lei	7
Título: Trump aprova construção dos oleodutos polêmicos	8
VEÍCULO: Folha de S. Paulo.....	10
Título: Investidores processam Petrobras na Holanda	10
Título: Trump abre caminho para retomada de oleodutos polêmicos,	11
Título: Investidores internacionais processam Petrobrás na Holanda	13
Título: Notas	13
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	13
Título: STJ mantém suspensão de venda de campos da Petrobras sem licitação	13
Título: Etanol mais caro que gasolina em Brasília.....	14
Título: Golpe ambiental.....	15
VEÍCULO: Valor Econômico.....	17
Título: Trump apoia oleodutos, em revisão da política ambiental	17
Título: Decisão indica ao mundo foco em combustível fóssil	19
Título: Destaques	20
Título: ADI do Psol trava venda da Celg D para Enel.....	20
Título: Eficiência é aposta da Schneider.....	22
Título: Plano de venda de ativos da Petrobras sofre revés no STJ.....	23
Título: Investidores processam petroleira na Holanda	24
Título: Compra da Arxo marca primeiro investimento da Lepanto	25
Título: Distribuidoras vendem mais aço que o esperado.....	26
Título: Brasil eleva importação de etanol dos EUA	27
Título: Setor está sem aliados em Washington.....	29

Título: Petrobras eleva volume de recompra de bônus a US\$ 6 bi.....	31
Título: NC Energia erra e paga investidor a mais	32
Título: Curtas	34

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Ramona Ordoñez****Título: ANP: leilões terão regra atraente a investidor**

Para diretor-geral da agência, conteúdo local no pré e pós-sal precisa ser factível.

A 14ª Rodada de Licitações, prevista para meados do ano com áreas do pós-sal, e o terceiro leilão do pré-sal, que deve ocorrer no fim do ano, já devem contar com novas regras de conteúdo local. Esta é a expectativa do novo diretor-geral da Agência Nacional de Petróleo (ANP), Décio Oddone, há um mês no cargo. A mudança nas regras de conteúdo local é uma reivindicação antiga das petroleiras, mas enfrenta resistência da indústria. A política foi criada para estimular a utilização de fornecedores locais, mas, diante da dificuldade dos fornecedores para atender a demanda, houve um aumento nas multas aplicadas pelo órgão regulador pelo não cumprimento dos índices. O assunto está em discussão no Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). Em entrevista ao GLOBO, o novo diretor-geral da ANP afirmou que os quatro leilões previstos para este ano serão atraentes para os investidores privados nacionais e internacionais de pequeno, médio e grande porte.

— Acredito que o CNPE vai introduzir alterações na política de conteúdo local para essas duas rodadas 14ª e terceira do pré-sal. O conteúdo local é importante, mas desde que dê competitividade e fortaleça a indústria nacional. Tem que ser factível, a indústria nacional tem que ter objetivos ambiciosos — destacou Décio. A chamada “rodadinha” de campos terrestres marginais (antigos) — voltada para pequenas petroleiras — será em maio e não terá conteúdo local. Já em meados do ano, o segundo leilão do pré-sal, das chamadas áreas unitizadas (contíguas a campos já em exploração), manterá os mesmos níveis de conteúdo local destas áreas que já estão sendo exploradas Sapinhoá, Gato do Mato, Tartaruga Verde e Carcará.

‘REORGANIZAÇÃO DA INDÚSTRIA’

A ANP ainda está selecionando as áreas no terceiro leilão do pré-sal, no fim do ano. — A ideia é fazer uma rodada atraente para companhias de perfis diferentes, oferecendo áreas que já têm maior grau de conhecimento e outras onde o risco exploratório é maior — disse. Segundo Oddone, a realização de quatro leilões num ano demonstra que os certames serão feitos a partir de agora com regularidade, outra reivindicação antiga da indústria de petróleo, que se ressentia da falta de previsibilidade. O país ficou sem realizar novos leilões durante cinco anos, período em que se discutiu o novo regime de

exploração do pré-sal e a divisão de royalties. Somente em 2013 se voltou a realizar leilões, incluindo o primeiro do pré-sal, com a concessão de Libra.

Sobre a polêmica revisão dos valores do petróleo para efeito de cálculo do pagamento de royalties, em andamento na ANP, o diretor-geral disse que é uma questão técnica. — É a dinâmica das coisas. A composição do preço do petróleo de referência e o valor do óleo nacional mudam. Espero resolver logo — destacou. Segundo Décio, o setor de petróleo e gás no país passa por um momento de profunda transformação, com a mudança no papel da Petrobras em setores como exploração e produção, refino e gás natural. — É um momento de reorganização da indústria. Toda essa movimentação da Petrobras gera a responsabilidade da agência, de forma que o consumidor seja beneficiado e os agentes econômicos tenham liberdade para atuar gerando emprego e renda.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Danielle Nogueira

Título: Odebrecht busca vender R\$ 7 bi em ativos para cumprir meta

Grupo estuda abrir capital de subsidiária de engenharia em 2018.

O grupo Odebrecht tem o desafio de levantar, ainda este ano, cerca de R\$ 7 bilhões em venda de ativos para cumprir sua meta de desinvestimento, reduzir sua dívida e honrar compromissos previstos nos acordos de leniência firmados com autoridades de Estados Unidos, Brasil e Suíça no fim do ano passado. O grupo se comprometeu a pagar R\$ 6,9 bilhões em multas ao longo dos próximos 23 anos. Entre os ativos na prateleira estão uma participação na hidrelétrica Santo Antônio, no Rio Madeira (RO), e negócios na área de saneamento que ficaram de fora da venda da Odebrecht Ambiental para a gestora canadense Brookfield. Dentro do programa de desinvestimento está em análise a abertura de capital da Odebrecht Engenharia e Construção, que engloba a construtora Norberto Odebrecht — com atuação no Brasil — e os braços de infraestrutura e da área industrial no exterior. Caso o plano vingue, o projeto deve sair do papel apenas no ano que vem. Hoje, a petroquímica Braskem é a única empresa do grupo com ações em Bolsa. A dívida líquida do grupo superava R\$ 70 bilhões em meados de 2016.

FAMÍLIA LONGE DA GESTÃO

A reestruturação do grupo inclui ainda o afastamento de membros da família Odebrecht da presidência dos conselhos de administração e da presidência executiva das empresas do conglomerado, conforme revelou o “Valor

Econômico”. Assim, a família exercerá, fundamentalmente, o papel de investidora, mantendo-se longe da gestão. A ideia é que os conselhos sejam formados por profissionais independentes, num esforço de recuperação de credibilidade junto ao mercado. No ano passado, quando as investigações da Lava-Jato e a crise econômica por que passa o país abalaram os negócios do grupo, a Odebrecht estabeleceu a meta de se desfazer de ativos avaliados em cerca de R\$ 12 bilhões até meados de 2017. A empresa já conseguiu vender R\$ 5 bilhões. A transação mais recente foi a venda da distribuidora de químicos quantiQ para a multinacional GTM, por R\$ 550 milhões. Outra operação relevante foi a venda de 70% da Odebrecht Ambiental para a canadense Brookfield. Os 30% restantes pertencem ao fundo FI-FGTS.

REFORÇO DA PETROQUÍMICA

A negociação para a venda futura de ativos é uma das principais preocupações do patriarca Emílio Odebrecht, que se comprometeu a ficar à frente do grupo por cerca de dois anos para conduzir a reorganização do conglomerado e assegurar que uma Odebrecht mais enxuta possa caminhar sozinha e gerar caixa suficiente para se manter de pé. Após esse período, o executivo vai cumprir sua pena de quatro anos, parte dela em prisão domiciliar e outra parte em regime semiaberto. A delação premiada de 77 executivos do grupo ainda será homologada no Brasil. A fatia de 28,6% na usina de Santo Antônio é um dos ativos que vêm atraindo mais interessados. Segundo fontes de mercado, a tendência é que um grupo estrangeiro compre a participação. A chinesa State Grid é vista como uma das candidatas com maior apetite pela hidrelétrica, por ter avançado no setor elétrico no país nos últimos anos. A redução ou saída da Odebrecht de setores como energia e saneamento virá acompanhada do reforço de presença em outros ramos, como o petroquímico.

Na estratégia do grupo, a Braskem, da qual a Odebrecht tem 38,3%, ao lado da Petrobras, com fatia de 36,1%, será uma espécie de âncora financeira. Em 2014, último dado disponível, a Braskem respondeu por 37,8% da geração de caixa de R\$ 14,8 bilhões do grupo. A área de engenharia e construção, embora mais associada à marca do conglomerado, respondeu por 21,2% do total. Mesmo diante da crise em que se envolveu o grupo, os investimentos da petroquímica avançaram, com o início de operações de uma fábrica de polietileno nos Estados Unidos, este mês, e a inauguração do maior complexo petroquímico da América Latina, no México, no ano passado. — A Petrobras já anunciou que quer sair da Braskem, mas acho possível que a empresa fique, o que pode fortalecer a petroquímica — disse João Zuñeda, sócio da consultoria Maxiقيم.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Gabriela Valente

Título: Investimento estrangeiro no Brasil cresce 6% em 2016

Repasses de filiais no exterior a matrizes locais são um dos motivos

No ano em que o país amargou a segunda retração consecutiva do Produto Interno Bruto (PIB), com uma grave crise política, os investimentos estrangeiros voltaram a crescer. Em 2016, o Brasil recebeu 6% a mais de recursos produtivos do que no ano anterior, informou ontem o Banco Central (BC). Entraram US\$ 78,9 bilhões. Parte desses recursos foi enviada ao país por quem buscava oportunidade, já que, com a crise, o Brasil está mais barato. Nas corretoras, os estrangeiros estão de olho em pechinchas. Seja em ações, fundos de investimentos ou até mesmo imóveis de empresas que fecharam — um novo filão de mercado. Mas outra parte do investimento estrangeiro no país veio de filiais de empresas brasileiras remetendo recursos para suas matrizes. Entre os segmentos que se destacaram como receptores de investimentos diretos no ano passado estão extração de petróleo e gás; indústrias química e automotiva; e serviços, comércio e transportes.

André Perfeito, economista-chefe da corretora Gradual, afirma ainda que o Brasil apresentou as medidas certas e está no caminho para a recuperação do prestígio internacional que detinha quando ainda possuía o grau de investimento pela principais agências de classificação de risco, o que equivale a um selo de bom pagador. Esse status foi perdido por causa das sucessivas maquiagens das contas públicas. — O Brasil está fazendo a lição de casa, mas não deixa de ser um dos países mais estranhos do mundo: somos fortes em moeda estrangeira e temos problema em moeda local — diz o analista. — Estamos conseguindo absorver poupança externa, mas não estou vendo a construção de novas fábricas. É mais a compra de ativos baratos. Os economistas do Bradesco avaliam que o forte desempenho do Investimento Direto no País (IDP) também pode ser explicado pelo saldo positivo de US\$ 6,6 bilhões de empréstimos intercompanhia, contra média mensal de US\$ 1,8 bilhão nos três meses anteriores. (...)

DÍVIDA EXTERNA

Ainda de acordo com o BC, o Brasil fechou dezembro de 2016 com uma dívida externa bruta de US\$ 323,7 bilhões — uma redução expressiva de US\$ 14,6 bilhões em relação ao montante apurado para setembro do ano passado. A dívida externa estimada de longo prazo atingiu US\$ 265,4 bilhões, diminuição de US\$ 6,9 bilhões, enquanto o endividamento de curto prazo somou US\$ 58,4 bilhões, um decréscimo de US\$ 7,7 bilhões no mesmo período. “Dentre os determinantes da variação da dívida externa de longo prazo no período, destacam-se: os desembolsos de títulos de dívida no montante de US\$ 2,1

bilhões pelo setor financeiro; as amortizações de empréstimos feitas pelos setores financeiro e não financeiro de US\$ 1,7 bilhão e US\$ 3,3 bilhões, respectivamente; e a redução provocada pela variação cambial e variação de preços de US\$ 1,7 bilhão e US\$ 1,9 bilhão, respectivamente. A variação da dívida externa de curto prazo no período é explicada principalmente por empréstimos amortizados pelo setor financeiro, US\$ 7,2 bilhões”, destacou o BC em comunicado.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia / Colunas

Autor: Míriam Leitão

Título: A prática da lei

A nomeação de um político como diretor de Itaipu foi uma afronta tão direta à nova lei das estatais que das duas uma: ou o governo não acredita ou não se informa sobre o que ele mesmo aprova. A saída para o evidente conflito foi dizer que, como Itaipu é binacional, para ela não vale as regras. Mas a Secretaria das Estatais está neste momento implantando a lei dentro das empresas públicas brasileiras.

Segundo o secretário das Estatais, Fernando Soares, o governo planeja privatizar distribuidoras estaduais de energia que ainda estão sob controle do capital estatal. — Isso é parte da reestruturação das empresas públicas, que terá também o trabalho de implantação da Lei das Estatais com regras muito mais duras de governança e conformidade. Isso exigirá a mudança de estatuto das empresas e até o começo de 2018 o governo vai implantar o novo modelo no BNDES, Banco do Brasil, Petrobras e Eletrobrás que, em patrimônio, respondem por 80% das empresas públicas brasileiras — disse Soares. A conversa com ele foi anterior à decisão comunicada pelo Planalto de nomear um político para Itaipu.

Sobre a nomeação, o que a Sest disse é que o decreto que regulamentou a lei não inclui Itaipu. O problema é que o pilar central da nova lei é não haver integrantes de partidos políticos na direção das empresas. O nomeado para Itaipu, Rubens de Camargo Penteado, teve cargo recente de direção no PPS do Paraná. O governo vai se desfazer de várias empresas, entre elas distribuidoras estaduais de energia. Estão sendo preparadas para serem vendidas a Amazonas Energia, Ceron, Eletroacre, Cepisa, Ceal e Boa Vista Energia. Além disso, o Ministério da Fazenda prepara a privatização da Lotex:

— As regras impedem a participação nos conselhos de administração de pessoas que integraram campanha política, políticos com cargo eletivo ou na estrutura de poder dos partidos, dirigentes de sindicatos. Isso ajudará a

proteger as empresas dos desvios que aconteceram nos últimos anos. Há várias limitações também para quem ocupa cargo executivo nas empresas. O professor do Insper Sérgio Lazzarini, que em seu livro “Capitalismo de laços” mostra como as diretorias de administração das estatais acabaram ocupadas por pessoas indicadas por grupos de interesse, acha válido esse esforço de modernização da gestão e dos conselhos das estatais:

— Ter regras mais rígidas de governança é um ponto positivo, mas o grande problema é a prática. Você endurece, e um governo cumpre, mas aí vêm as eleições e o outro não cumpre. Fizemos um seminário e sugerimos pequenas mudanças, mas a lei foi muito mais ampla e virou um monstro. Ter regras muito duras pode afastar bons executivos, mas esse é sempre um dilema clássico. Não há mágica nem bala de prata. Lazzarini acha que um grande avanço é impedir ministros de ocuparem cargos nos conselhos das empresas, para evitar que sejam usadas para fazer políticas públicas:

— A Petrobras vinha bem até a hora em que Dilma, como ministra das Minas e Energia, passou a comandar o conselho. Tirar essa influência é muito positivo. Para se enquadrar na nova lei, foi criado um formulário com inúmeras perguntas e exigências. Já houve caso de pessoa indicada que, ao ler o formulário, desistiu de integrar o conselho de empresas. O economista Armando Castelar, do Ibre/FGV, também acha que será um avanço ter a implantação das regras que foram aprovadas no Congresso: — É claro que as medidas não são à prova de problemas, mas é muito melhor o país dificultar do que facilitar a influência política nas empresas.

Pela nova lei tem que haver um comitê de auditoria, a remuneração dos dirigentes será divulgada, as empresas precisam apresentar contas trimestrais e divulgar atas do conselho. Fernando Soares disse que o trabalho agora está sendo o de “internalizar” todas essas novas normas. Até meados do ano, o BNDES completará o esforço de mudança para se adaptar à nova lei. No Brasil, sempre há uma exceção. E ontem o país ficou sabendo que o que vale para todas as estatais brasileiras não vale para Itaipu. O argumento de que é binacional não faz sentido algum. Pelo lado brasileiro tem que valer a lei do Brasil, ou Itaipu será gerida apenas com leis paraguaias?

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor:

Título: Trump aprova construção dos oleodutos polêmicos

Presidente insiste que a construção das estruturas seja nos Estados Unidos para gerar empregos

O presidente Donald Trump aprovou nesta terça-feira os projetos de dois polêmicos oleodutos, cuja construção tinha sido bloqueada pelo governo de Barack Obama ante a forte pressão de grupos ambientalistas. Através da assinatura de dois decretos, o presidente voltou a trazer à tona o extenso oleoduto Keystone XL, que transportará petróleo do Canadá até as refinarias nos Estados Unidos, e outro que atravessará um território indígena em Dakota do Norte.

Trump também assinou decreto para apressar a revisão e aprovação ambiental de projetos de infraestrutura de alta prioridade que ele espera colocar em vigor como parte de seu esforço para reconstruir aeroportos, estradas e pontes nos EUA.

Trump disse que sua ordem sobre os oleodutos "vai colocar muitos trabalhadores siderúrgicos de volta ao trabalho." Enquanto assinava os documentos, Trump disse que o oleoduto Keystone XL "estava em disputa" e que "vamos renegociar alguns dos termos" do projeto Keystone. De acordo com Trump, o projeto representa "muitos empregos".

— E se eles gostarem, vamos ver se conseguimos construir esse oleoduto – muitos empregos, 28 mil empregos, ótimos postos de trabalho de construção.

Depois, ao assinar o decreto sobre o oleoduto de Dakota, o presidente apontou que este também será objeto de renegociação.

— Insisto em que, se vamos construir oleodutos, que as tubulações sejam construídas nos Estados Unidos — disse. — Vamos construir nosso próprio oleoduto, nossos próprios canos, como nos bons tempos.

O projeto Keystone XL tinha sido bloqueado pelo anterior presidente, Barack Obama, ante a enorme pressão da comunidade ligada à proteção ambiental.

O governo do Canadá apoiava a ideia discretamente, embora o próprio primeiro-ministro, Justin Trudeau, tenha decidido se desvincular do projeto.

O oleoduto de Dakota do Norte se tornou o centro de uma forte polêmica interna nos Estados Unidos. Grupos indígenas e associações de apoio organizaram uma resistência obstinada ao projeto, com uma intensa mobilização que incluiu celebridades do cinema.

Milhares de pessoas chegaram a acampar no gelado território aberto de Dakota do Norte, em pleno inverno, para bloquear o projeto. A tribo Sioux teme que a construção do oleoduto em seu território provoque a poluição das águas e a destruição de áreas que consideram sagradas.

A polícia de Dakota do Norte desalojou os manifestantes, e foram registrados violentos confrontos, que geraram uma onda de indignação em nível nacional. Cerca de 2 mil veteranos americanos se juntaram aos grupos de resistência nas manifestações, até que o governo de Obama decidiu sepultar a ideia.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Reuters

Título: Investidores processam Petrobras na Holanda

Um grupo internacional de investidores da Petrobras informou nesta terça-feira (24) que entrou com um processo contra a estatal no Tribunal Distrital de Roterdã, na Holanda, em busca de ressarcimento após perdas financeiras com ações da empresa devido ao escândalo de corrupção investigado na Operação Lava Jato, da Polícia Federal.

O grupo formado por entidades, investidores e escritórios de advogados criou no início do ano passado uma fundação, chamada de Stichting Petrobras Compensation Foundation, para buscar benefícios para investidores fora dos Estados Unidos que perderam dinheiro com papéis da companhia.

O alvo do processo são perdas registradas na Bovespa e outros mercados relacionados, como o Latibex, em Madri, além de alguns títulos emitidos em euro, libras e dólares pela subsidiária Petrobras Global Finance.

Em um documento de 172 páginas arquivado junto à Justiça, o grupo alega que os investidores perderam bilhões de dólares, euros e reais, devido a "significativas" baixas contábeis em ativos e a um "declínio acentuado dos preços das ações da empresa".

A escolha da Holanda para a ação, segundo o grupo, deu-se porque o país é sede da Petrobras Global Finance B.V. e outras entidades e divisões da Petrobras.

O grupo também destacou que o sistema jurídico holandês estabeleceu precedente para investidores internacionais que buscam compensação por fraude e violações das leis que regem os mercados de ações.

As ações movidas contra a Petrobras nos Estados Unidos, que consideram apenas perdas em ações depositárias americanas negociadas na Bolsa de Valores de Nova York e em certos títulos denominados em dólares, foram suspensas em agosto de 2016, até que seja julgado recurso da empresa contra uma decisão da Justiça, que abriu caminho para um processo coletivo.

OUTRO LADO

Em nota, a Petrobras informou que suas subsidiárias internacionais ainda não foram citadas para apresentar suas defesas na ação judicial que corre na Holanda.

A companhia diz que "adotará todas as medidas necessárias em prol dos seus interesses e de seus investidores".

No final de ano passado, a Petrobras entrou em acordo com alguns investidores que tinham ações semelhantes na corte dos Estados Unidos.

Na ocasião, a petroleira afirmou que o acordo não significaria assunção de culpa pela perda dos investidores, mas apenas uma antecipação a possível revés na justiça americana.

Não há até o momento nenhuma menção da Petrobras em fechar acordo também com investidores que entraram com ação na Holanda.

Em nota divulgada nesta terça-feira (24), a Petrobras reforçou a tese de que foi vítima de um esquema de corrupção, e não parte dele. Dessa forma, não teria como ser responsabilizada por perdas de acionistas.

"As autoridades públicas que conduzem as investigações da Operação Lava Jato e o Supremo Tribunal Federal reconhecem que a Petrobras é vítima dos fatos revelados por essa investigação. Como resultado, a companhia já recebeu cerca de R\$ 660 milhões recuperados pelas autoridades brasileiras, provenientes de companhias e indivíduos envolvidos em práticas criminosas, que prejudicaram a Petrobras", diz a nota.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mundo

Autor: Agências de Notícias

Título: Trump abre caminho para retomada de oleodutos polêmicos,

O presidente Donald Trump assinou, nesta terça-feira (24), ordens executivas (similares a decretos presidenciais) para a retomada da construção dos polêmicos oleodutos que tinham sido freados em 2015 por Barack Obama por razões ambientais.

Segundo Trump, os projetos Keystone XL –oleoduto que vai do Canadá para refinarias americanas– e Dakota Access –que atravessa um território indígena na Dakota do Norte e vai até Illinois– serão renegociados.

A ordem que trata do Keystone XL "convida" a empresa responsável, a canadense TransCanada Corp, a reenviar sua proposta.

Ao assinar a ordem no Salão Oval, contudo, Trump disse a jornalistas que qualquer novo projeto, nos dois oleodutos, terá que usar aço americano -apesar de a exigência não estar no texto.

"Insisto que, se formos construir oleodutos nos EUA, os dutos deverão ser feitos nos EUA", afirmou. A princípio, a ideia da TransCanada era que 65% dos dutos fossem produzidos nos Estados Unidos.

Segundo Trump, os projetos representam "muitos empregos". "Serão 28 mil postos de trabalho. Excelentes postos de trabalho na construção." Ambientalistas e democratas condenaram a decisão. A organização Amigos da Terra disse que Trump beneficia sua "aliança com os grupos petroleiros e bancos de Wall Street" em detrimento da saúde pública e do meio ambiente.

O senador democrata e ex-pré-candidato à Presidência Bernie Sanders disse que Trump ignorou as "vozes de milhares de americanos" em nome da energia fóssil.

MONTADORAS

Ainda nesta terça, Trump recebeu os principais executivos das três maiores montadoras americanas General Motors, Ford e Fiat Chrysler– na Casa Branca para instar o aumento da produção de carros no país.

O novo presidente, que já ameaçou impor impostos de 35% sobre veículos produzidos fora dos EUA, disse aos executivos que quer ver mais fábricas no país.

Em troca, ele prometeu rever regulações e impostos para tornar mais atrativa a produção nos EUA. Os líderes das montadoras citaram complicações como as regras sobre eficiência de combustíveis, políticas comerciais e outros temas regulatórios.

A pressão de Trump sobre a indústria automobilística resultou em mais uma reação nesta terça. A Toyota anunciou que criará 400 empregos e investirá US\$ 600 milhões numa fábrica em Indiana.

A medida seria parte de um projeto maior da Toyota, de investir US\$ 10 bilhões nos EUA nos próximos cinco anos.

Seção: Economia**Autor:****Título: Investidores internacionais processam Petrobrás na Holanda**

Um grupo internacional de investidores da Petrobrás informou ontem que entrou com um processo contra a petroleira no Tribunal Distrital de Roterdã, na Holanda, em busca de ressarcimento após perdas financeiras com ações da empresa devido ao escândalo de corrupção investigado na Operação Lava Jato. O grupo formado por entidades, investidores e escritórios de advogados criou no início do ano passado uma fundação, chamada Stichting Petrobras Compensation Foundation, para buscar benefícios para investidores. O alvo do processo são perdas registradas na Bovespa e outros mercados relacionados, como o Latibex, em Madri.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Política / Colunas****Autor: Andreza Matais, Marcelo de Moraes****Título: Notas**

» **Aqui não, violão.** Apesar das críticas de que teria desrespeitado a Lei das Estatais, escolhendo nomes ligados a partidos, como PSDB, PPS e PMDB, o governo federal não é obrigado a seguir essa legislação para nomear a diretoria da Usina de Itaipu.

» **Diferentona.** A usina não é considerada estatal, nem sociedade de economia mista, mas sim empresa juridicamente internacional. As normas que regem a hidrelétrica se limitam ao Tratado de Itaipu, de 1973, e aos acordos diplomáticos assinados com o Paraguai.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção: Economia / Colunas****Autor:****Título: STJ mantém suspensão de venda de campos da Petrobras sem licitação**

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou o pedido da Petrobras para ceder campos de petróleo sem licitação. A estatal entrou com pedido para suspender decisão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5), que impedia a venda de dois campos de petróleo, nas bacias de Campos e de Santos. Uma ação popular foi proposta contra a Petrobras e a Agência Nacional do Petróleo (ANP) devido à tentativa de venda de 100% de participação no campo de Baúna e de 50% no de Tartaruga Verde, sem licitação. O presidente em exercício do STJ,

ministro Humberto Martins, considerou que a suspensão da venda foi correta devido ao impacto econômico do procedimento.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor:

Título: Etanol mais caro que gasolina em Brasília

O preço do etanol na bomba dos postos de combustíveis está tão elevado que, em alguns postos, supera o valor da gasolina. De acordo com levantamento feito pelo Correio, o litro do álcool chega a custar R\$ 3,69 no Plano Piloto, superior aos R\$ 3,52 da gasolina no mesmo estabelecimento. A alta também estimula o aumento da gasolina, que se aproxima novamente dos R\$ 4.

Há mais de um ano, o servidor público Raimundo Batista, 52 anos, não abastece o carro com etanol, porque, segundo ele, “não vale mais a pena”. “Eu sempre faço a conta: se o preço do álcool for menor que 70% do valor da gasolina, eu compro. Mas agora está tudo o mesmo preço. Está inviável”, declarou.

Entre os 26 postos visitados pelo Correio, sete não vendem o etanol e o valor do combustível varia de R\$ 3,19 e 3,69, ou seja, 50 centavos de diferença. Pelo levantamento semanal da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), o preço máximo do álcool era de R\$ 3,63 no DF na última semana.

Os chefes de pista dos postos do Plano Piloto afirmam que os valores são repassados de acordo com os preços cobrados pelas distribuidoras — em média, R\$ 3,11. A alta do etanol nas últimas semanas contribuiu também para o aumento da gasolina, que contém até 27% de álcool na composição. O garçom Júnior Alves Barreto, 24, disse que os preços dos dois combustíveis estão abusivos. “No Paranoá, eu encontro posto cobrando gasolina a R\$ 3,87 na bomba. Aqui no Plano Piloto está sempre mais barato. Toda vez que eu venho resolver alguma coisa, eu abasteço”, afirmou. Para ele, o valor máximo deveria ser de R\$ 3,30 para a gasolina.

Os postos também adotaram preços diferentes para pagamentos à vista e no cartão de crédito. A diferença no valor chega a 17 centavos em alguns estabelecimentos para quem optar pagar no dinheiro e no cartão de débito.

* Estagiário sob supervisão de Rozane Oliveira

Fique atento!

POSTOS	ENDEREÇO	GASOLINA (R\$)	ETANOL (R\$)
Ale	Próximo à Torre de TV.....	3,59	3,45
Petrobras	Eixo W 103 Sul	3,55	3,55
Petrobras	Eixo W 113 Sul	3,66	3,69
Petrobras	Eixo L 214 Sul	3,52	3,39
Petrobras	Eixo L 212 Sul	3,79	3,45
JarJour	Eixo L 210 Sul	3,52	3,20
PB	Eixo L 206 Sul	3,52	3,36
Ipiranga	Eixo L 204 Sul	3,69	3,43
Ipiranga	Eixo L 204 Norte	3,89	3,56
JarJour	Eixo L 206 Norte	3,52	3,20
Petrobras	Eixo L 208 Norte	3,52	3,36
Ipiranga	Eixo L 210 Norte	3,69	3,40
Petrobras	Eixo W 113 Norte	3,55	3,19
Ipiranga	Eixo W 112 Norte	3,52	3,19
Shell	Eixo W 109 Norte	3,56	3,42
Petrobras	Eixo W 107 Norte	3,70	3,50

Fonte: Pesquisa Correio

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Mundo

Autor: Gabriela Valente

Título: Golpe ambiental

Um dia depois de decretar a saída dos Estados Unidos do Acordo Transpacífico de Cooperação Econômica (TPP), o recém-empossado presidente Donald Trump emitiu nova série de ordens executivas para reverter políticas do governo de

Barack Obama. Em um revés para ambientalistas norte-americanos, o republicano assinou documentos que reativam os planos dos polêmicos oleodutos de Keystone XL (veja mapa), que ligaria a produção do Canadá às refinarias no Golfo do México, e de Dakota Access, que passaria por terras indígenas em Dakota do Norte. Os projetos foram alvo de intensos protestos de ativistas, e sua retomada vai na contramão das tentativas de Obama de barrar as construções.

Apesar da pressão de ambientalistas e da ala democrata no Congresso, a equipe de Trump defendeu o avanço nos planos de construção como uma medida para produzir empregos nos EUA e estimular o crescimento econômico. A agenda do novo mandatário incluiu um encontro com empresários do setor automotivo. “Quero novas plantas para fabricar carros vendidos aqui!”, escreveu no Twitter.

Embora os decretos não garantam as permissões necessárias para a construção

dos oleodutos, a medida encaminha os projetos para aprovação. Logo após o anúncio das medidas, manifestações foram convocadas por ambientalistas. Michael Brune, diretor-executivo da organização Sierra Club, observou que os planos de construção das estruturas foram revistos por Obama por irem “contra os interesses nacionais” e considerou que “nada mudou de lá para cá”. “Esses oleodutos estão longe de ser limpos. Os milhares de norte-americanos e as centenas de tribos que se levantaram para bloqueá-los não serão silenciados. Nós vamos continuar a combater esses projetos sujos e perigosos”, avisou. O senador democrata Bernie Sanders reiterou a sua oposição à questão e prometeu fazer “todo o possível” para impedir as construções. “Não podemos bancar a construção de novos dutos que nos prendam à queima de combustíveis fósseis por mais quatro anos”, escreveu.

Ao emitir a ordem, Trump defendeu a “renegociação dos termos” dos dois contratos. Segundo ele, somente o projeto de Keystone XL pode gerar 28 mil “excelentes postos de trabalho”. “Insisto em que, se vamos construir oleodutos, que as tubulações sejam construídas nos Estados Unidos. Vamos construir nosso próprio oleoduto, nossos próprios canos, como nos bons tempos”, afirmou à imprensa.

Além dos documentos relativos aos projetos de Keystone XL e Dakota Access, Trump assinou ordens executivas determinando que estruturas do tipo sejam construídas com materiais americanos — uma maneira de reduzir as regulações relativas à questão e acelerar o processo de avaliação ambiental. O projeto Keystone XL foi bloqueado por Obama em 2015 após longa disputa no Capitólio. Na época, o então presidente considerou que o oleoduto prejudicaria os esforços americanos para chegar a um acordo global sobre as mudanças climáticas. O Canadá — com quem o governo de Trump negocia a revisão do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (Nafta), ao lado do México — apoiava a ideia discretamente.

Impacto

Em dezembro, Obama determinou ampla avaliação sobre o impacto ambiental do oleoduto Dakota Access, antes de tomar qualquer decisão em relação à última etapa da obra, que passaria sob um lago. A tribo indígena Sioux teme que a construção do oleoduto polua as águas e destrua áreas que considera sagradas. Ao lado dos Sioux, ambientalistas e celebridades se uniram nos esforços para conter a construção. Milhares de pessoas acamparam em pleno inverno de Dakota do Norte.

Em paralelo à ação para dar seguimento aos projetos de infraestrutura para o escoamento de petróleo, o republicano planeja reformar a Agência de Proteção Ambiental (EPA) dos EUA. Segundo informações obtidas pela agência de notícia

ProPublica, a equipe de Trump ordenou o congelamento dos repasses de recursos da EPA para os estados. Para o comando da instituição, o republicano indicou Scott Pruitt, ex-procurador de Oklahoma conhecido por defender a indústria de combustíveis fósseis.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Internacional

Autor: Juliano Basile

Título: Trump apoia oleodutos, em revisão da política ambiental

Ao assinar a continuidade das obras de dois grandes oleodutos, cuja construção foi suspensa pelo governo de Barack Obama, o presidente dos EUA, Donald Trump, mostrou que pretende limitar regulatórias ambientais para realizar obras no país, na busca por mais empregos. Com a decisão de ontem, ele começou a revogar a política ambiental de Obama.

Trump assinou uma ordem executiva que autoriza a retomada das obras do oleoduto Keystone, que ligará a produção de petróleo na província de Alberta, no Canadá, até Houston, no Texas. O oleoduto permitirá que o refino seja feito nos EUA. O presidente também retomou o oleoduto Dakota, que trará o equivalente a 570 mil barris/dia de petróleo do Estado de Dakota do Norte até Illinois.

O projeto de Keystone teve a sua quarta fase de implementação vetada por Obama em dezembro 2015, após longas análises sobre as consequências das obras e impactos ambientais. Ao assinar as ordens, Trump não respondeu a esses questionamentos e defendeu a realização de várias obras de energia no país, indicando a adoção de outras medidas nesse sentido.

O presidente acrescentou ainda um item nas ordens que assinou determinando que todos os oleodutos sejam feitos com aço fabricado nos EUA. "Esse foi o primeiro passo para recuperar a indústria de aço no país", justificou o porta-voz da Casa Branca, Sean Spicer.

Mas a maior justificativa dada pelo governo para a retomada dos projetos é a de criação de empregos. "Se vamos construir oleodutos, nós o faremos nos EUA. Isso vai gerar empregos na indústria de aço para milhares de americanos", disse Trump após a assinatura.

A expectativa é a que as obras do Keystone gerem até 4.000 empregos nos EUA. O número é pequeno e deverá afetar pouco a taxa de desemprego do país, que já é baixa. Formalmente, Trump herdou de Obama uma situação próxima do pleno emprego - menos de 5% da população ativa está sem trabalho. Num

contrassenso à política nacionalista do presidente, de colocar a América em primeiro lugar, o oleoduto vai trazer muitos benefícios ao Canadá, que terá facilidades para exportar, escoando a sua produção de petróleo até o Texas.

Esses gasodutos são privados e as empresas responsáveis terão de confirmar se ainda têm interesse.

A retomada das obras deverá gerar protestos de ambientalistas e ações na Justiça. Spicer disse que o governo negociará com comunidades insatisfeitas com a construção dos oleodutos. "O presidente entende que as pessoas que têm preocupações podem se sentar à mesa e negociar", afirmou. Não está claro como isso será feito.

Trump também assinou outra ordem executiva para facilitar a concessão de autorizações ambientais para a realização de obras de infraestrutura. "Não podemos ficar em processos de discussão ambiental por 15 anos para fazer pontes ou estradas", alegou em cerimônia rápida no Salão Oval da Casa Branca. Ele qualificou os debates regulatórios sobre as obras como uma "bagunça". "O processo é tão longo que demora anos e muitos interessados desistem. Não queremos que isso aconteça mais."

O governo Trump proibiu ainda os funcionários da Agência de Proteção Ambiental (EPA, na sigla em inglês) de fazer comunicados ou enviar qualquer mensagem à imprensa e de fechar qualquer novo contrato ou subsídio. Segundo a mídia americana, foi determinada a "suspensão temporária" de todas as novas atividades comerciais da EPA, incluindo a emissão de ordens de tarefas ou atribuições de trabalho a contratados da agência.

Desde a campanha, Trump vem criticando a política ambiental de Obama, alegando que elas tira empregos dos americanos. Antes das prévias do Partido Republicano, em setembro de 2015, ele disse que as mudanças climáticas não são um dos principais problemas dos EUA. Ainda candidato, disse que as políticas de energia limpa e de redução de emissão de gases implementadas por Obama estariam custando empregos no país.

Trump declarou ainda que a orientação ambiental de Obama estaria fazendo com que os EUA se tornassem mais dependentes de outros países e defendeu a expansão de programas de energia nuclear e a recuperação do setor de carvão. Por fim, ele não mostrou qualquer simpatia pelo Acordo Climático de Paris, que prevê a redução na emissão de poluentes e cuja negociação internacional foi conduzida pelo seu antecessor.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Internacional

Autor: Daniela Chiaretti**Título: Decisão indica ao mundo foco em combustível fóssil**

Começou o desmanche da política ambiental americana. O primeiro ato foi a decisão do presidente Donald Trump de fazer renascer os polêmicos projetos dos oleodutos Keystone XL e Dakota Access, revogando a decisão de Barack Obama. É um sinal claro de que Trump quer entregar o que prometeu - reaproximar a política energética dos Estados Unidos dos combustíveis fósseis.

A decisão de Trump tem escopo mais local e envolve a relação comercial entre Estados Unidos e Canadá no caso do Keystone, além de enfurecer os índios sioux de Dakota do Norte, no outro. O ato de Trump tem valor muito mais simbólico do que prático. O petróleo das chamadas tar sands (areais betuminosas) do Canadá é dos mais poluentes. Além disso, o preço da commodity caiu, a oposição ao oleoduto é barulhenta, a empresa TransCanada tem de mostrar novamente interesse na empreitada e é preciso superar processos legais que obstruem o oleoduto Dakota.

"Mas é um sinal muito negativo para o mundo", analisa Eduardo Viola, professor titular de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, a UnB.

Os limites de Trump em desmontar o legado ambiental de Obama não são políticos, mas tecnológicos e econômicos. A transição energética rumo às energias renováveis é uma tendência sólida, que se fortaleceu nos últimos 20 anos. Investimentos feitos na transformação de usinas a carvão para gás natural evidentemente não serão desfeitos. Os grandes danos de Trump na política climática estarão na falta de cooperação internacional. Decisões retrógradas como a de ontem terão impacto negativo na Índia, China e Brasil.

A China, que busca um novo papel de liderança global, não terá mais à frente a pressão americana para avançar no rumo do baixo carbono. "No Brasil, o governo Temer e sua equipe econômica não têm nenhuma sensibilidade para o zero carbono. Nunca falam uma palavra sobre mudança do clima", diz Viola. O tema também está longe do radar das elites brasileiras. "Como os EUA são referência para o Brasil, o impacto destas decisões de Trump são muito negativas."

É no retrocesso da política energética que a administração Trump tem apoio mais forte e coeso entre os republicanos, diz Viola, especialista em política externa americana. É ali que Trump pode fazer os maiores estragos ambientais, aproveitando-se da vulnerabilidade legal das ordens executivas de Obama e revertendo as decisões de limitar emissões das usinas térmicas e de carros. Outro ponto importante para os americanos - e que conta até com apoio dos

democratas - é que investindo em fósseis como o gás de xisto, Trump sinaliza com a segurança energética do país, menos dependente de importações do Oriente Médio, de Angola e da Venezuela. "Toda a política de Trump é de deregulamentação. Não só em clima e energia", diz o professor.

"Em comparação à administração Trump, Colin Powell e Condoleezza Rice parecem campeões do ativismo climático", diz Jake Schmidt, diretor do programa internacional da NRDC, uma das maiores ONGs dos EUA, referindo-se aos secretários de Estado de George W. Bush. "Está tentando cortar os progressos dos últimos anos, mas isso não será sem luta. Os eleitores não votaram para que se destruía o ambiente e a proteção à mudança climática."

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Alcoa tem prejuízo

A Alcoa teve prejuízo líquido de US\$ 125 milhões no quarto trimestre de 2016, queda de 85% ante o prejuízo do mesmo intervalo de 2015. A receita da companhia cresceu 3,5%, para US\$ 2,5 bilhões. Para 2017, a Alcoa projeta crescimento de 4% na demanda global por alumínio.

Produção da BHP Billiton

A australiana BHP Billiton informou ontem que produziu, no segundo semestre de 2016, 118 milhões de toneladas de minério de ferro, alta de 4% em relação à segunda metade de 2015.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rafael Bitencourt

Título: ADI do Psol trava venda da Celg D para Enel

Uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI) que tramita no Supremo Tribunal Federal (STF) pode criar dificuldades para a confirmação da transferência de controle da distribuidora de energia elétrica de Goiás, a Celg D, para a empresa italiana Enel.

A contestação judicial, feita no final de dezembro pelo Partido Socialismo e Liberdade (Psol), se volta contra a aprovação da Lei 19.473/2016, sancionada

pelo governo de Goiás. A nova legislação foi aprovada no ano passado. Com ela, o governo resolveu liberar créditos tributários para o novo controlador ao instituir a política para manutenção, melhoria e ampliação da distribuição de energia elétrica na região.

Na ação judicial, o partido alega que a lei estadual viola diversos dispositivos da Constituição Federal. A legenda considera que, se mantidos os efeitos previstos, haverá diminuição da arrecadação do Estado com Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), além de corte na previsão dos valores a serem repassados aos municípios e aos investimentos nas áreas de saúde e educação.

O controle da Celg-D foi adquirido pela empresa italiana em leilão realizado no fim de novembro. A compra se deu com um lance único de R\$ 2,1 bilhões - 28% acima do preço mínimo definido no edital. Atualmente, o controle da distribuidora goiana é detido pela Eletrobras, que possui 51% de participação. Outros 49% são do Estado de Goiás. O novo controlador precisará investir na melhoria da rede para cumprir as metas de desempenho operacional definidas pela Aneel.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) chegou a pautar o julgamento do pedido de anuência prévia à transferência do controle na reunião de ontem da diretoria. O diretor da Aneel José Jurhosa Jr, relator do processo, disse que a retirada deste item da pauta ocorreu a pedido das próprias empresas envolvidas na transação. Foi mencionado, segundo ele, uma "pendência" com uma ação judicial, sem citar o caso que está sendo analisado pelo STF.

Segundo Jurhosa, a Aneel não identificou qualquer impedimento legal à aprovação da transferência de controle da Celg-D para Enel, o que poderia ser confirmado rapidamente. Ontem, o diretor comentou que o processo já deve ser pautado novamente para a reunião da próxima terça-feira, o mesmo dia em que ficou programado assinatura do novo contrato.

Em nota, o STF informou que a ação judicial movida pelo Psol inclui um pedido de liminar para que a eficácia da lei estadual seja suspensa imediatamente. Sobre o tratamento do mérito da questão, o partido propõe que o texto da norma seja declarado inconstitucional em sua totalidade. O ministro Gilmar Mendes foi definido como relator da ação no tribunal.

Procurada, a Enel manifestou a sua expectativa de que prevalecerá as condições de oferta do controle da distribuidora definidas no ano passado. "A empresa entende que as condições previamente estabelecidas para o leilão da Celg serão mantidas", informou a companhia em posicionamento oficial. Questionada se o novo contrato de concessão pode não ser assinado no caso de o tribunal acatar o pedido de liminar, a Enel disse que "não comenta a ação no STF".

O Ministério de Minas e Energia considera "natural" que quem discorda de iniciativas do governo apresente questionamentos, inclusive pela via legal. Para o MME, "não há nenhuma ameaça concreta" à mudança de controle da Celg.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito

Título: Eficiência é aposta da Schneider

A francesa Schneider Electric prevê dobrar o volume de negócios na área de eficiência energética e gestão de compra de energia no Brasil em 2017, repetindo o desempenho observado no ano passado. A expectativa, segundo a empresa, deve-se ao intenso movimento de migração de empresas para o mercado livre de energia, o que demanda serviços de consultoria, e ao aumento dos preços previstos no mercado regulado.

"Nossa área de eficiência energética, sustentabilidade e de gestão de compra de energia mais que duplicou ao longo de 2016. Foi um ano muito forte com uma recrudescência das migrações para o mercado livre" afirmou Mathieu Piccin, diretor de consultoria e sustentabilidade da Schneider Electric para a América do Sul.

"Para 2017, temos expectativa positiva", continuou Piccin. "Podemos esperar uma subida de preços [de energia] em relação a 2016. Então a primeira medida [das empresas] para reduzir custo será na eficiência energética".

Com relação a este ano, o presidente da Schneider Electric no Brasil, Cleber Moraes, prevê uma melhora do cenário macroeconômico a partir do segundo semestre, motivada, por exemplo, pela tendência de redução da taxa de juros.

Com oito fábricas e 3 mil funcionários no país, a Schneider Electric, que completa, em 2017, 70 anos de atividades no Brasil, não descarta fazer novas aquisições de empresas no mercado brasileiro.

"A Schneider tem estratégia de crescimento inorgânico. Em portfólio global vamos continuar este ano crescendo de forma inorgânica e, caso exista alguma oportunidade no Brasil, a Schneider está aberta para fazer qualquer tipo de análise", afirmou o executivo.

Em nível global, a Schneider teve faturamento de € 6,06 bilhões (cerca de R\$ 20,8 bilhões) no terceiro trimestre de 2016. O Brasil faz parte do grupo da América do Sul, África e Leste Europeu, que respondeu por 17,4% desse total.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: André Ramalho, Maíra Magro e Fabio Murakawa****Título: Plano de venda de ativos da Petrobras sofre revés no STJ**

Menos de uma semana após a Petrobras obter uma vitória na Justiça para prosseguir com a venda dos campos em águas rasas no Ceará e Sergipe, o programa de venda de ativos da companhia sofreu um novo revés. Ontem, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou um recurso apresentado pela petroleira para tentar reverter uma decisão da Justiça Federal de Sergipe que suspendeu a venda dos campos de Tartaruga Verde e Baúna para a australiana Karoon, avaliada em US\$ 1,5 bilhão

O ministro do STJ, Humberto Martins, manteve a decisão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, que impede a Petrobras de vender 100% de Baúna (pós-sal da Bacia de Santos) e de 50% de Tartaruga Verde (Bacia de Campos) sem licitação. Com isso, o negócio, que estava em fase final, segue suspenso até que o juiz de primeira instância analise o mérito da ação popular.

O programa de venda de ativos da Petrobras tem sofrido uma ofensiva de ações populares capitaneadas pelo Sindicato dos Petroleiros de Alagoas e Sergipe (Sindipetro-ALSE). Ao todo, representantes do sindicato já ajuizaram outras seis ações para tentar impedir a venda da Liquigás (para o grupo Ultra); da Petroquímica Suape e Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco (para a Alpek); da Nova Transportadora do Sudeste (para um consórcio liderado pela Brookfield); e da BR Distribuidora, dos campos terrestres e dos campos de águas rasas.

Todas as ações se baseiam num mesmo fundamento: o fato de que os ativos da Petrobras não têm sido vendidos por meio de licitação. Já a Petrobras argumenta, na defesa, que segue os procedimentos do Regulamento Simplificado da Petrobras, que permite o processo competitivo semelhante à modalidade convite.

Dentre as sete ações ajuizadas na Justiça Federal de Sergipe, a Petrobras já conseguiu reverter as liminares que suspendiam as vendas do conjunto de nove campos em águas rasas no Ceará e Sergipe; e do pacote de 104 concessões terrestres que compõem o Projeto Topázio. Nesse último caso, contudo, o recurso da Petrobras foi parcialmente acatado. Segundo o Sindipetro-ALSE, a estatal foi liberada a continuar com a negociação dos campos, mas ainda está impedida de fechar o contrato.

Além disso, a ação ajuizada pelos petroleiros contra a venda da Liquigás foi negada. Representantes do Sindipetro pretendem entrar com recurso para reverter a decisão. Já as ações contrárias aos negócios envolvendo a NTS e Petroquímica Suape e a Citepe ainda não foram analisadas na Justiça.

O Sindipetro-ALSE também pretende entrar na Justiça com um pedido de anulação da venda de 66% de Carcará para a Statoil. Além de novas ações, contra a venda da fatia de 22,5% da concessão de Iara (campos de Sururu, Berbigão e Oeste de Atapu) e de 35% de Lapa (BM-S-9), no pré-sal da Bacia de Santos, para a Total.

O programa de venda de ativos da Petrobras, de US\$ 21 bilhões para o biênio 2017-2018, é questionado também no Tribunal de Contas da União (TCU) - que suspendeu cautelarmente a assinatura de novos contratos de venda de ativos até que o tribunal analise o mérito da sistemática do plano da companhia. Procurada, a petroleira não se manifestou até o fechamento da matéria.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho

Título: Investidores processam petroleira na Holanda

Um grupo internacional de investidores entrou com uma ação contra a Petrobras no Tribunal Distrital de Roterdã, na Holanda. A coalização busca o ressarcimento pela perda de "bilhões de dólares" por causa do escândalo de corrupção investigado pela Operação Lava-Jato.

Os investidores compraram papéis da Petrobras na Bovespa e outros lugares e não estão cobertos pelas ações contra a companhia nos Estados Unidos - onde a petroleira responde a uma ação coletiva proposta por investidores ("class action")

A entrada na corte holandesa foi informada pela International Securities Associations and Foundations Management Company (Isaf), que se define como uma "empresa de serviços exclusivamente focada na avaliação e execução de processos legais envolvendo valores mobiliários fora dos Estados Unidos" e apoia a iniciativa. A ação foi ajuizada pela fundação holandesa Stichting Petrobras Compensation Foundation, representada por uma coalizão de escritórios de advocacia da Holanda, Brasil, Reino Unido e EUA.

O grupo argumenta que a Holanda é a jurisdição ideal, por ser a sede da Petrobras Global Finance e porque o sistema jurídico holandês tem precedentes em casos de investidores internacionais que procuram compensação em

decorrência de danos causados por fraude e violações das leis internacionais de valores mobiliários.

O grupo alega que, desde que "os esquemas de fraude e suborno orquestrados pela administração e funcionários da Petrobras foram finalmente revelados, em 2014, os investidores perderam bilhões de dólares, euros e reais, resultantes de significativas depreciações de ativos e declínio acentuado das ações da companhia".

A Petrobras informou que não foi citada para apresentar defesa, mas ressaltou que "adotará todas as medidas necessárias em prol dos seus interesses e de seus investidores". A estatal lembrou que as autoridades que conduzem a Lava-Jato e o Supremo Tribunal Federal reconhecem a empresa como vítima dos fatos revelados.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Victória Mantoan

Título: Compra da Arxo marca primeiro investimento da Lepanto

A compra da Arxo Industrial, uma das maiores fabricantes de tanques para armazenamento de combustível, marca o primeiro negócio da Lepanto, veículo de investimentos com até R\$ 100 milhões por operação para alocar em projetos de infraestrutura, mercado imobiliário e em empresas familiares com potencial de ganhos.

A aquisição foi anunciada no início do mês, após oito meses de negociação com os proprietários da Arxo. Muito embora um dos donos tenha sido citado nas investigações da Operação Lava-Jato, que apura irregularidades com a Petrobras, o entendimento é de que isso não impactou a imagem da companhia. Nem foi um problema no processo de aquisição.

Os ganhos potenciais que a Lepanto enxerga na Arxo são tanto na estrutura de capital quanto na área operacional. Para tocar a reestruturação estratégica foram contratados a Galeazzi & Associados e o escritório de advocacia Thomaz Bastos, Waisberg e Kurzweil.

Tanto a Lepanto quanto a Arxo preferem manter em sigilo as informações financeiras da fabricante, mas, segundo o Valor apurou, o faturamento previsto da companhia para 2017 é de R\$ 14 milhões a R\$ 17 milhões enquanto a dívida a ser reestruturada gira em torno de R\$ 60 milhões. Os principais credores são Banco do Brasil, Citi e Unicred.

O foco da Lepanto é em investimentos direto, seja por meio de participação no capital de empresas ou por meio de dívida. No caso de investimentos em que o rendimento dependa de melhoria de gestão, como é o caso da Arxo, a estratégia da empresa é adquirir participação no bloco de controle, de maneira a garantir a implementação das mudanças necessárias.

Segundo o presidente da Arxo e um dos sócio da Lepanto, Leonardo Lopes, a Arxo tem cerca de 60% do mercado de tanques para combustíveis e é líder do setor na América Latina - devido principalmente à atuação no Brasil. Conta com uma operação no Paraguai e atende também Uruguai e Argentina. O fechamento da transação, cujo valor não foi revelado, ainda está sujeito ao cumprimento de condições precedentes.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás

Título: Distribuidoras vendem mais aço que o esperado

O mercado brasileiro de aço encerrou o ano com desempenho levemente melhor que as previsões das fabricantes e de entidades do setor. Os números de demanda e consumo, ao longo do ano, mostravam deterioração crescente. Apesar de terem encolhido em dezembro, as vendas caíram menos do que o previsto.

Ontem, o Instituto Nacional dos Distribuidores de Aço (Inda) informou que as vendas da rede ficaram em 221 mil toneladas em dezembro, 16,8% de crescimento ante um ano atrás, mas queda de 11,2% em relação a novembro. Com isso, o volume ficou em 3,04 milhões de toneladas em 2016, recuo de 4% - abaixo da previsão de 5% de queda, divulgada ainda em novembro. O Inda acreditava que, na comparação mensal, as vendas diminuiriam em 23% durante dezembro.

Situação semelhante viveu o Instituto Aço Brasil, que representa as usinas. A entidade esperava baixa de 16,2% no consumo aparente - que reúne produtos brasileiros e importados -, mas a queda foi de 14,4% no ano passado, para 18,2 milhões de toneladas.

Um setor que contribuiu para uma demanda mais aquecida foi o de máquinas agrícolas, especialmente por ser a temporada de encomendas para a safra. Carlos Loureiro, presidente do Inda, cita ainda as montadoras e fabricantes de autopeças como empresas que devem procurar mais aço em 2017.

Para janeiro, o instituto das distribuidoras vê um salto considerável nas vendas. Em relação a dezembro, o crescimento seria de 15%, para 254,2 mil toneladas. No acumulado de 2017, a estimativa é de alta em 5%, para 3,2 milhões de toneladas. "O mercado parece ter parado de piorar e começa uma tendência de melhora, mesmo que não muito forte", opinou o dirigente do Inda.

Em dezembro, segundo a entidade, as distribuidoras compraram 202 mil toneladas de aços planos, 14,9% a mais em comparação anual, mas recuo de 21,2% ante novembro. Em 2016, foram 2,99 milhões de toneladas, baixa de 1,8%.

As importações no último mês atingiram 77,2 mil toneladas, aumento de 64,2% ante dezembro de 2015 e redução de 11,7% sobre o mês imediatamente anterior. Em 2016, foram importadas 679,8 mil toneladas - recuo de 55,4%.

Esse nível de importação não ameaça as usinas, mas Loureiro alerta: os preços atuais podem começar a incentivar a compra de produtos estrangeiros. Após o reajuste a distribuidoras e clientes industriais em janeiro, a bobina a quente brasileira, referência do segmento de planos, é de 6% a 8% mais cara do que a internacional.

Em geral, esse prêmio seria sustentável, mas os preços do carvão encontram-se em queda livre no mercado internacional, o que deve derrubar o preço do aço lá fora também. Além disso, as contas de Loureiro foram feitas com o dólar valendo R\$ 3,20.

Para o presidente do Inda, um novo reajuste pelas usinas agora seria bastante arriscado. "Isso já poderia atrapalhar a participação das empresas no consumo", disse. Contudo, há uma carta na manga. Ao contrário da tradição de contratos anuais, o acordo com montadoras em 2017, com reajuste de 25% a 28%, foi semestral. Na segunda metade do ano, pode ser feita nova revisão para cima.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas / Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos

Título: Brasil eleva importação de etanol dos EUA

Ao deixar a produção de etanol em segundo plano nesta safra para privilegiar a produção de açúcar, o Brasil acabou recorrendo à abundante oferta de etanol dos Estados Unidos, e agora ameaça desbancar o Canadá como principal destino do biocombustível americano. De janeiro a novembro, o Brasil foi o destino de 23,2% das exportações americanas de etanol, enquanto o Canadá representou 24,9%.

Saíram dos portos americanos rumo aos brasileiros 684,6 milhões de litros de etanol - a maior parte anidro - no acumulado de janeiro a novembro de 2016, conforme os últimos dados do Departamento de Comércio dos EUA. O Canadá, por sua vez, foi o destino de 747,1 milhões de litros de etanol exportado pelos americanos.

Apenas em novembro, o Brasil foi o destino de 192 milhões de litros de etanol americano, o que representou 42% dos embarques do produto dos Estados Unidos. No mesmo mês, o Canadá respondeu por uma fatia de apenas 20% das exportações do vizinho.

O Canadá é há anos o destino preferencial do biocombustível americano por causa de sua demanda para atender aos mandatos de mistura do etanol à gasolina, mas o ritmo de suas importações do produto dos Estados Unidos vêm retrocedendo nos últimos anos. As importações do Brasil, por sua vez, vêm na direção contrária.

O volume de etanol americano - que é feito a partir do milho - importado pelo Brasil no acumulado até novembro já superou em mais de 60% o importado em todo o ano anterior. Em 2015, os Estados Unidos exportaram aos brasileiros 426,2 milhões de litros.

No ano passado, as importações brasileiras tomaram mais fôlego no segundo semestre, à medida que as usinas do Centro-Sul buscaram garantir estoques para atender a demanda na entressafra.

Nos cálculos da consultoria Datagro, o Centro-Sul importará, no acumulado da safra 2016/17, 450 milhões de litros de etanol, em sua maior parte dos Estados Unidos. Esse volume é quase quatro vezes maior do que a quantidade importada na safra passada.

Como as usinas do Norte e do Nordeste também estão priorizando a produção de açúcar, a importação de etanol das duas regiões nesta safra também deve crescer, ainda que em menor escala, dado que a região já costuma a importar o biocombustível. Na projeção da Datagro, Norte e Nordeste importarão 20% mais etanol na safra 2016/17, somando 780 milhões de litros. O cálculo considera a safra nas duas regiões, que começa em setembro.

O aumento do fluxo de etanol americano aos portos brasileiros explica-se pela correlação favorável entre os preços do produto nos dois países. Enquanto no Brasil o produto gerou ao longo da moagem da safra uma rentabilidade menor do que o açúcar, nos EUA a colheita recorde de milho favoreceu um aumento da produção de etanol.

"O etanol americano estava bastante competitivo neste ano em comparação com o etanol brasileiro, que perdeu uma fatia ainda maior da participação no mercado externo", afirmou Vitor Andrioli, analista da consultoria FCStone.

O etanol dos EUA que chegava ao polo de Paulínia na primeira metade do mês era negociado com as distribuidoras pelo equivalente a R\$ 1,66 o litro, enquanto o etanol anidro estava, na mesma época, perto de R\$ 2,09 por litro (sem considerar incidência de PIS e Cofins), conforme levantamento realizado pela consultoria.

Segundo Andrioli, os valores dos contratos futuros de etanol hidratado negociados na BM&FBOVESPA indicam que o produto brasileiro só voltará a ser mais competitivo que seu concorrente americano em abril, quando as usinas do Centro-Sul voltarem a processar cana.

Outro fator que torna mais vantajosa a importação do etanol americano é a redução do frete marítimo, observou Plínio Nastari, presidente da Datagro. Segundo ele, o custo com frete está cerca de 26% mais baixo que em 2016 para cargas de 10 milhões a 15 milhões de litros. "A redução de atividade econômica no mundo inteiro fez com que os fretes caíssem", afirmou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas / Agronegócios

Autor: Bloomberg

Título: Setor está sem aliados em Washington

Apesar das promessas de campanha do presidente Donald Trump, de apoio aos produtores americanos de etanol, o setor, que produz 24 bilhões de etanol a partir do milho, está com um déficit de aliados no novo governo. Os nomeados por Trump para comandar as três agências mais envolvidas com o setor têm um histórico de críticas ao mandato para o biocombustível do país ou são oriundos de Estados com influentes interesses opostos à política.

"Há uma preocupação, no Meio-Oeste, pois nenhum nome escolhido para o gabinete tem um histórico comprovadamente favorável aos combustíveis renováveis e por não haver nenhuma representação do Meio-Oeste no gabinete", disse a Iowa Renewable Fuels Association, associação que reúne os produtores de combustíveis renováveis.

Essa é uma grande mudança em relação ao governo Obama, quando por oito anos o ex-governador de Iowa, Tom Vilsack, atuou como secretário de Agricultura, defendendo zelosamente a lei, assinada pelo ex-presidente George

W Bush, que exige que as refinarias adicionem biocombustível ao diesel e à gasolina.

Em contraste, alguns dos nomeados por Trump para o gabinete mostraram-se abertamente hostis à lei em vigor há 12 anos. Por exemplo, o procurador-geral de Oklahoma, Scott Pruitt, escolhido pelo presidente para comandar a Agência de Proteção Ambiental (EPA), que fiscaliza o cumprimento das exigências, declarou-as "impraticáveis". Em 2013, ele apresentou um memorando com contrapartes do Alabama e da Virgínia em apoio a um processo da indústria petrolífera contestando a aprovação, pela EPA, de uma mistura de 15% de etanol à gasolina.

No mesmo ano, implorou à agência federal para que "corrija esse programa falho". Pruitt exibiu um tom diferente em sua audiência de confirmação [para o cargo] em 18 de janeiro, quando legisladores de Estados produtores de milho o pressionaram a apoiar a norma que determina o consumo de combustíveis renováveis. Embora tenham obtido de Pruitt a promessa de honrar a intenção do Congresso de criar a obrigatoriedade da adição de biocombustíveis, ele não descartou uma mudança na estrutura do programa, estimulada pela Valero Energy Corp, maior refinadora independente dos EUA, e pelo bilionário Carl Icahn, um conselheiro de Trump para questões de regulamentação.

A EPA tem amplo poder para definir as cotas anuais de biocombustíveis. "Como administrador da EPA, é possível, tecnicamente, cumprir as determinações do Congresso, mas na realidade atuar contra ela", disse Tammy Duckworth, senador democrata de Illinois a Pruitt.

O ex-governador do Texas Rick Perry, nomeado para comandar o Departamento de Energia, pediu à EPA que abrisse mão de metade da cota a ser preenchida em 2008 pelo etanol de milho, argumentando que elevava os preços dos grãos, prejudicando pecuaristas.

Sonny Perdue, ex-governador da Geórgia escolhido para substituir Vilsack na Agricultura, não se opôs publicamente à norma para os combustíveis renováveis. Mas seu Estado é o maior produtor de aves do país - o único setor que exibe o mesmo grau de antagonismo que as grandes petrolíferas em relação à exigência de adição de biocombustíveis, devido à crença de que isso eleva o custo da ração. O etanol está precisando de aliados em Washington.

Icahn, acionista majoritário na refinaria CVR Energy Inc, está pressionando o governo para que mude a forma como o programa é estruturado, realocando o ônus da conformidade à lei das refinarias para as misturadoras de combustível. As principais companhias que comercializam biocombustíveis argumentam que isso desrespeitaria a lei.

O American Petroleum Institute pressiona o Congresso a revogar ou reformular a norma referente aos combustíveis renováveis, embora politicamente isso seja difícil.

A equipe de transição de Trump e o novo governo não responderam aos pedidos de entrevista. Thomas Cape, analista sênior e chefe de pesquisas de política energética na Evercore ISI, em Nova York, disse acreditar que Pruitt seja confirmado e modifique o percentual de participação de biocombustíveis em seus primeiros 100 dias no comando da agência.

Apenas dois dias antes de ser eleito, em evento de campanha, em Sioux City, Iowa, Trump prometeu: "Vamos proteger o etanol à base de milho". O setor de etanol está se mobilizando para que Trump não esqueça [suas promessas]. Na semana que antecedeu à posse, grupos promoveram a exibição de comerciais em canais de TV a cabo com sua promessa de proteger a norma dos combustíveis renováveis e citaram os empregos que ela gera.

"Não se trata de um governo Pruitt ou de um governo Perry", disse Bob Dinneen, presidente da associação que defende os interesses do setor. "Trata-se do governo de Donald Trump, e até prova em contrário, vou aceitar que seu forte apoio aos combustíveis renováveis - e, especificamente, ao etanol -, vai ser mantido".

A Growth Energy, grupo defensor do etanol com sede em Washington, está "confiante". Os nomeados por Trump estão "plenamente conscientes de seu apoio explícito" à norma de mistura de biocombustíveis, disse o grupo em comunicado. Apesar disso, membros do gabinete de Trump deixaram assustados alguns produtores de biocombustíveis que se perguntam se o presidente manterá o compromisso assumido.

Os defensores dos combustíveis renováveis em Iowa querem que Trump escolha algum defensor do setor na próxima rodada de nomeações para o comando de agências governamentais para atenuar "as preocupações que estão sendo expressas reservadamente em muitos círculos do agronegócio".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Daniela Meibak

Título: Petrobras eleva volume de recompra de bônus a US\$ 6 bi

A Petrobras anunciou ontem a mudança no prazo e volume da sua oferta de recompra de bônus no exterior. A companhia pretende agora adquirir até US\$ 6 bilhões em papéis, em vez dos US\$ 4 bilhões divulgados anteriormente. A

companhia já tem adesão de investidores no valor de US\$ 5,44 bilhões. A empresa busca recomprar sete papéis diferentes com vencimentos entre 2019 e 2020.

A data de expiração antecipada da oferta foi prorrogada da segunda-feira para hoje e o prazo final foi estendido de 6 para 8 de fevereiro. As adesões já feitas e aquelas que a estatal aceitar até a nova data limite não poderão ser retiradas. A data de liquidação antecipada é esperada para o dia 30 deste mês.

No início de janeiro, a empresa captou US\$ 4 bilhões em papéis de cinco e dez anos com o intuito de financiar uma oferta de recompra pelos títulos com vencimento em 2019 e 2020.

A Petrobras deve usar o próprio caixa para financiar a parcela adicional da recompra de bônus, de acordo com fonte próxima à empresa. Quando a ampliação da operação foi anunciada ontem pela manhã, surgiu no mercado a expectativa de que a companhia pudesse realizar nova emissão de bônus para fazer frente ao aumento da recompra. Porém, a estatal já teria decidido que usará recursos próprios, segundo esse interlocutor.

Um executivo de banco de investimento afirmou que a empresa tem caixa no balanço e flexibilidade para financiar a parcela adicional da recompra.

Os papéis que a empresa colocou no mercado no início do mês apresentam valorização, o que mostra que haveria demanda caso a Petrobras decidisse acessar novamente o mercado primário. Os títulos de cinco anos recém-ofertados estão no patamar de 102,5% do valor de face, e os de dez anos, a 103%. Ambos saíram a 100% na oferta.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Adriana Cotias

Título: NC Energia erra e paga investidor a mais

O investidor que comprou debêntures de infraestrutura da NC Energia, empresa do grupo Neoenergia, em outubro de 2015, foi surpreendido, no fim do ano passado, por um pagamento superior àquele que estava previsto no cronograma de amortização dos papéis.

Conforme informou o executivo de um private banking a seu cliente - documento ao qual o Valor teve acesso -, a empresa pagou em dezembro R\$ 108,46, mas o correto seria R\$ 17,47. Pela explicação, que teria sido obtida pelo banco com o agente fiduciário, o valor corresponderia ao IPCA acumulado no

período, de R\$ 90,59, mais amortização de R\$ 17,47. Adicionalmente, em juros a companhia pagou R\$ 104,06, conforme consta no calendário de eventos disponível na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima).

Quem recebeu a mais poderia até comemorar o feito. Mas não é bem assim, porque pode estar com uma batata quente na mão. Como nem a companhia nem a Planner, o agente fiduciário da operação, informaram o equívoco ao mercado, se porventura alguém comprar os títulos numa negociação secundária corre o risco de adquirir um ativo que pode ficar sem proventos por um bom tempo, dependendo da solução que seja dada para o caso.

A NC Energia levantou R\$ 31,6 milhões em debêntures com vencimento em dezembro de 2025, com a intenção de destinar os recursos a investimentos da Potiguar Sul Transmissão de Energia, na concessão referente à Linha Grande III - Ceará Mirim II. Trata-se de um projeto sob a Lei 12.431, autorizado pelo Ministério de Minas e Energia, dando isenção aos investidores que adquiriram os papéis. Considerando-se as 31,6 mil debêntures que foram emitidas mais as informações públicas sobre os proventos, a companhia fez um desembolso de R\$ 6,7 milhões entre amortização, juros e correção pelo IPCA. Se os números informados pelo profissional do private banking ao cliente estiverem corretos, o pagamento deveria ser de pouco mais da metade disso.

Procurada pelo Valor, a Planner, responsável por zelar pelo interesse dos debenturistas, não informou qual valor, de fato, deveria ter sido pago aos investidores. A responsável pela área, Viviane Rodrigues, apenas afirmou que foi a corretora que alertou a empresa emissora para a inconsistência, mas que não houve prejuízo para os investidores. "A companhia, por algum motivo, fez uma interpretação equivocada e pagou a maior, mas ainda não expôs como pode ser feito o acerto", afirma. "[A empresa] está averiguando se é possível ter o estorno do recurso ou algum tipo de compensação", completou.

"Esse assunto está sendo avaliado internamente e, no momento, a empresa ainda não pode se manifestar a respeito", escreveu a NC Energia em nota por meio da sua assessoria de imprensa, após consulta da reportagem.

Num momento em que as debêntures de infraestrutura - que asseguram isenção de Imposto de Renda ao investidor pessoa física - prometem ganhar terreno entre os títulos incentivados, essa era uma discussão que o investidor não precisava assistir.

"Quando o mercado olha quanto vale o papel, não sabe quanto foi pago de proventos a mais", diz Marcelo Klug, sócio da Aquila Consulting Partner. "E como não houve nenhuma comunicação ao mercado, algum dia ele pode ter

que assumir um prejuízo que desconhece e talvez já nem seja mais dono do papel." O mais grave, acrescenta, é se a companhia resolver compensar nos próximos pagamentos semestrais. "O comprador das debêntures no secundário poderia ficar anos sem receber nada." O especialista vê no caso uma flagrante falta de transparência, pois a informação não circulou de maneira uniforme entre os investidores. "As companhias de menor porte começam a emitir títulos de dívida, querem condições públicas, mas talvez não estejam preparadas para o ambiente regulatório."

Embora as debêntures de infraestrutura tenham mais liquidez no secundário do que as debêntures tradicionais, os papéis da NC Energia não aparecem como listados na BM&FBOvespa, o que atenua possíveis danos. Foram emitidos sob as regras da instrução nº 476 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o que tira a obrigação de registro prévio na autarquia quando os ativos são direcionados a um público restrito - de no máximo 50 investidores profissionais, com mais de R\$ 10 milhões em aplicações financeiras. Após 90 dias da emissão, esses ativos podem ser negociados no secundário por investidores qualificados, com mais de R\$ 1 milhão em recursos.

Desde 12 de janeiro, o valor das debêntures não é atualizado na base da Anbima ou da Cetip e o título passou a constar como de cálculo "não padronizado". Uma nota no site da Anbima informa que, "devido a divergência com relação ao PU [preço unitário] de pagamento no evento de amortização realizado em 15/12/2016, verificado junto ao agente fiduciário, o ativo deixará de ter seu PU calculado diariamente pelo sistema a partir desta data [11 de janeiro], até que seja equacionada essa questão entre a emissora e o agente fiduciário". Procurada, a Cetip não respondeu à reportagem.

Como a NC Energia não é uma companhia de capital aberto, não há acompanhamento da CVM para o caso. Fica a critério da Neoenergia, esta sim aberta, divulgar o que considera informação relevante ao mercado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Daniela Meibak

Título: Curtas

Debênture da Celpe

A S&P Global Ratings atribuiu a nota "brAA-" à 7ª emissão de debêntures a ser realizada pela Companhia Energética de Pernambuco (Celpe). O rating a está no mesmo nível tanto da nota de emissor da Celpe como da de crédito corporativo de sua controladora integral, a Neoenergia. As debêntures a serem

emitidas pela Celpe, em valor de até R\$ 590 milhões em duas séries com vencimentos em 2020 e 2022, receberão a garantia firme de R\$ 390 milhões dos bancos estruturadores.

MME / ASCOM .